

# Passarinho pede apuração de mudanças no relatório final

27 JAN 1994

por Eduardo Hollanda  
de Brasília

O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que presidiu a CPI do Orçamento, pedirá hoje ao presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a instalação de uma sindicância para apurar a mudança ocorrida no Relatório final da CPI, na parte referente ao deputado Manoel Moreira (PMDB-SP).

Passarinho adiantou que "em uma sindicância verbal", apurou que a mudança ocorreu por um erro do assessor Marcos Nardon, que trabalha com o relator Roberto Magalhães (PFL-PE), ao recuperar o texto da memória dos computadores. "Ele me disse que, em vez do texto final, que tinha mais detalhes sobre o deputado Manoel Moreira, veio o penúltimo texto. Mas isso não atrapalha as conclusões, pois os dois textos recomendam a cassação do deputado de São Paulo", afirmou Passarinho.

Jarbas Passarinho destacou que tanto a Mesa da Câmara quanto a Procuradoria Geral da República estão de posse de todos os textos e documentos da CPI e têm acesso a qualquer informação sobre os incluídos nas investigações. Passarinho acredita que não houve má-fé do as-

essor, ao errar na escolha dos textos para imprimir.

O deputado Manoel Moreira, por sua vez deu entrada ontem no STF com pedido de mandado de segurança, contra o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Inocêncio defende projeto de resolução permitindo que a Câmara possa realizar sessões ordinárias pela manhã, para não se chocar com a Revisão Constitucional que faz as sessões à tarde. Na verdade, o objetivo de Inocêncio é agilizar o processo contra os parlamentares acusados pela CPI, que é de cinco sessões ordinárias. Sem as sessões pela manhã, a Câmara terá apenas uma sessão ordinária por semana, às segundas-feiras. Manoel Moreira alega que estão tentando cercear seu direito de defesa.

O processo de julgamento dos parlamentares que tiveram a cassação requerida pela CPI do Orçamento deverá aguardar até que o plenário da Casa aprove o projeto de resolução que estabelece a realização de sessões ordinárias pela manhã. Até que este documento seja aprovado, a mesa diretora não enviará a documentação da CPI à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), informou a Agência Globo.